



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 12/2022 - Plenário - 13/12/2022 das 18:00h às 23:00h

Decisão: 439/2022

Referência: 2649217/2022 - Auto: 54597/2022

Interessado: D. V. D. V. N

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 13 de dezembro de 2022, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal Durval Venancio Do Valle Neto, Considerando que a empresa "DURVAL VENANCIO DO VALLE NETO" fora fiscalizada, mediante a seguinte irregularidade: "PESSOA JURÍDICA CONSTITUÍDA PARA EXERCER ATIVIDADES TÉCNICAS AFETAS AO SISTEMA CONFEA/CREA, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA, SEM POSSUIR REGISTRO NESTE REGIONAL, PRESTANDO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇO DE INSPEÇÃO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) DE TODOS OS PRÉDIOS DAS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA BERTOLINI CONSTRUÇÃO NAVAL DA AMAZÔNIA LTDA, CONFORME NOTA FISCAL Nº27, DATADA DO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, COM VALOR TOTAL DE 8.265,00 (OITO MIL E DUZENTOS E SESENTA E CINCO REAIS)". Considerando que empresa está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ Nº 02.833.251/0001-82, sendo suas atividades econômicas (como afetas às profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA): "43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica". Considerando, assim, que o fato gerador consistiu na FALTA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA, com base no Art. 59 da Lei Nº 5.194/66, resultando na lavratura do Auto de Infração nº 54597/2022, em 14 de julho de 2022. Considerando que a empresa recebeu o Auto de Infração Nº 54597/2022, em 22/07/2022 (conforme Aviso de Recebimento dos Correios), protocolizando DEFESA ADMINISTRATIVA em 27/07/2022, ou seja, DENTRO DO PRAZO LEGAL de 10 (dez) dias, tornando-a TEMPESTIVA. Considerando, porém, o teor do RECURSO apresentado, constante às Fls. 12 e 13 (e seus anexos), o qual julgamos improcedente, pelos motivos e fundamentação legal a seguir expostos. Considerando que o art. 59 da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que as firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nessa lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico. Considerando que o art. 1º da Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, determina que o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros. Considerando que a RESOLUÇÃO Nº 1.121, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019, a qual "Dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia e dá outras providências", em seu Art. 3º, prevê: "O registro é obrigatório para a pessoa jurídica que possua atividade básica ou que execute efetivamente serviços para terceiros envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea". Considerando o disposto no inciso III do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, que pessoas jurídicas com objetivo social relacionado às atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea, sem registro no Crea, estarão infringindo o art. 59, com multa prevista na alínea "c" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966. Considerando a Resolução N. 218/73 do CONFEA, a qual Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, especificamente as ATRIBUIÇÕES DO ENG. ELETRICISTA: "Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos." "Art. 9º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRÔNICO ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETRÔNICA ou ao ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a materiais elétricos e eletrônicos; equipamentos eletrônicos em geral; sistemas de comunicação e telecomunicações; sistemas de medição e controle elétrico e eletrônico; seus serviços afins e correlatos." "Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades: Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica; Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação; Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica; Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria; Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico; Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica; Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão; Atividade 09 - Elaboração de orçamento; Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade; Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico; Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico; Atividade 13 - Produção técnica e especializada; Atividade 14 - Condução de trabalho técnico; Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo; Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação; Atividade 18 - Execução de desenho técnico." Considerando, assim, que segundo consta

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

Rua Costa Azevedo, 174, Centro - Manaus-AM

Tel: + 55 (92) 2125-7120 Fax: + 55 (92) 2125-7122 E-mail: faleconosco@crea-am.org.br



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

dos autos, o Crea-AM agiu devidamente quando da lavratura do Auto de Infração, em face da constatação de infração à legislação vigente, capitulando, adequadamente, a infração cometida e a penalidade estipulada. Considerando, por todo o exposto, que a empresa foi fiscalizada prestando serviços na ÁREA da ENGENHARIA ELÉTRICA e que, portanto, deve registrar-se no Crea-AM por estar constituída e restar claro ter a pretensão de atuar nessa área. Considerando, por fim, que a regularização requerida pelo CREA-AM consiste na exigência do registro da referida empresa neste Conselho Regional e, por via de consequência, possuir profissional legalmente habilitado em seu quadro de responsabilidade técnica, com atribuições compatíveis para estes fins. Considerando, por derradeiro, a ressalva acerca do registro da ART Nº AM20180145598, no nome do profissional, Engenheiro Eletricista - Eletrônica DURVAL VENANCIO DO VALLE NETO - Ref: OBJETO: " SERVIÇO DE INSPEÇÃO E EMISSÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA E ATERRAMENTOS" o qual, s.m.j., não possui atribuições para assumir a Resp. Técnica em questão, por se tratar de serviços relacionados à ENGENHARIA ELÉTRICA - ELETROTÉCNICA. Da mesma forma, ainda se tivesse atribuições, o fato de registrar um ART diretamente como pessoa física (e não como pessoa jurídica Contratada, na condição de Resp. Técnico), não exige a empresa de efetuar o seu registro no CREA-AM. Considerando, a acrescer, o disposto no Art. 25 da Resolução nº 1.025/09 do Confea, em obediência ao art. 26 do mesmo normativo, prevê as situações de NULIDADE DE ART, senão vejamos: "Art. 25. A nulidade da ART ocorrerá quando: (...) II - for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART." (...) Por fim, as Súmulas do Supremo Tribunal Federal preveem o seguinte: "Súmula 346: A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos." "Súmula 473: "a Administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos." Considerando o Parecer Técnico da Assessoria Técnica, que recomenda para que seja MANTIDO o Auto de Infração nº 54597/2022, lavrado em desfavor da pessoa jurídica "DURVAL VENANCIO DO VALLE NETO", face à irregularidade "FALTA DE REGISTRO - PESSOA JURÍDICA" (INFRAÇÃO AO ART. 59 DA LEI FEDERAL Nº 5.194/66), devendo a autuada sanar o fato gerador, como ainda, efetuar o pagamento da multa cabível, em razão da falta de regularização, corrigida na forma da Lei. Que a C.E.E.S.T também julgue pela NULIDADE da ART Nº AM20180145598, com base no art. 25 (Inciso II), da Resolução n. 1025/09 do Confea, por conseguinte deixando de produzir seus efeitos legais. Considerando a DECISÃO 828/2022 da reunião 16/2022, da Câmara CEEEST, que decide para que seja MANTIDO o Auto de Infração nº 54597/2022, lavrado em desfavor da pessoa jurídica "DURVAL VENANCIO DO VALLE NETO", face à irregularidade "FALTA DE REGISTRO - PESSOA JURÍDICA" (INFRAÇÃO AO ART. 59 DA LEI FEDERAL Nº 5.194/66), devendo a autuada sanar o fato gerador, como ainda, efetuar o pagamento da multa cabível, em razão da falta de regularização, corrigida na forma da Lei. Considerando o recebimento do Aviso de Recebimento (AR) em 03/11/2022, da DECISÃO 828/2022 e a DEFESA da pessoa jurídica "DURVAL VENANCIO DO VALLE NETO", face à irregularidade "FALTA DE REGISTRO - PESSOA JURÍDICA" (INFRAÇÃO AO ART. 59 DA LEI FEDERAL Nº 5.194/66) ter sido tempestiva, em 08/11/2022, não houve nenhuma apresentação diferente da última fase recursal. considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por unanimidade, pela MANUTENÇÃO do Auto de Infração nº 54597/2022, lavrado em desfavor da pessoa jurídica "DURVAL VENANCIO DO VALLE NETO", face à irregularidade "FALTA DE REGISTRO - PESSOA JURÍDICA" (INFRAÇÃO AO ART. 59 DA LEI FEDERAL Nº 5.194/66), devendo a autuada sanar o fato gerador, como ainda, efetuar o pagamento da multa cabível, corrigida na forma da Lei, em razão da falta de regularização. Decisão proferida na 561ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Afonso Ferreira Bernardes, Amarildo Almeida De Lima, Audinei Lima Leite, Claudedir Malveira De Souza, Claudionildo Teles Batalha, Cristovao Americo Ferreira De Castro (suplente), Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eirie Gentil Vinhote, Frederico Nicolau Cesarino, Gabriel Monte Paiva (suplente), Gilmar Alencar Perêa, Jackson Pantoja Lima, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Luiz Claudio Ribeiro Da Rocha, Mesaque Silva De Oliveira, Samir Oliveira Salles, Silfran Rogerio Marialva Alves, Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, Waldo Guimaraes Aparicio. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 13 de dezembro de 2022.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário